


**EDITORIAL**

# PROGRAMA MAIS MÉDICOS EM SANTA CATARINA: DE NECESSIDADE HISTÓRICA À PRODUÇÃO DE BEM A QUEM TEM BEM

More Medical Doctors Program in Santa Catarina: Historical Need of doing Good to whom has a Good

**Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima**

Docente da Universidade do Vale do Itajaí

Email: rita.lima@univali.br

No momento em que atualizamos o editorial deste número temático da Revista "Saúde & Transformação Social / *Health & Social Change*", organizado para apresentar resultados de uma pesquisa estadual e afins sobre o Programa Mais Médicos em Santa Catarina, período 2015-2017, nos perguntamos como a saída dos médicos cubanos do Programa, deliberada pelo Ministério da Saúde de Cuba em finais de 2018, tem afetado o cotidiano da sociedade catarinense usuária da atenção básica. É provável que uma fração dessa sociedade, aquela cuidada por médicos brasileiros e estrangeiros não cubanos, esteja circundada por uma atmosfera de medo, na medida em que o imaginário tem potência para criar essa ambiência, sobretudo, em razão da abrupta desproteção de semelhantes. Quanto a estes, que vinham sendo cuidados por médicos cubanos, é muito provável que o sentimento prevalente seja de espera angustiada pela chegada de médicos não cubanos, movidos pelo (célere) interesse em fazer medicina de base em áreas rurais e urbanas de pequenos municípios distantes do sedutor litoral catarinense.

Os matizes dos novos tempos, já em curso, para a atenção básica, são e seguirão sendo socialmente determinados. Serão escuros se a fração desprotegida de atenção médica permanecer esperando, esperando, esperando, com angústia. Serão clareadores, entretanto, se essa mesma fração encontrar condições para a sua politização e, com efeito, hegemonizar, às avessas, o direito conquistado.

No início dos anos 1960, em um cenário de esperança por um Brasil bonito, socialmente desenvolvido (porque humanístico) para todos, Chico Buarque apontou para uma fonte de consciência política, ao retratar os anseios e confianças de Pedro, no clássico "Pedro Pedreiro". Homem simples, representante da classe operária que, marginalizada, construía o Brasil, Pedro Pedreiro "penseiro" trabalhava e esperava: esperava o trem, o sol, o aumento de salário, o carnaval, a sorte, a festa, o filho (este esperado pela mulher "para esperar também"); "esperava a morte ou o tempo de voltar pro norte".

Na atual conjuntura perplexa, em que a (ainda imatura) atenção básica integral escapa de nossas mãos, não somente sentimos vontade de atualizar esse hino emancipatório da música popular brasileira, mas também necessidade de reinscrevê-lo como mote de consciência política. Por essas razões, decidimos aproveitar o espaço a nós oportunizado por este periódico para convidar você, leitor, a refletir sobre o nosso papel orgânico no fomento ao pensamento reflexivo e crítico visando à formação de consciência política, junto a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como na formação de quadros para a atenção básica.

A presente edição é dedicada à sociedade catarinense usuária da atenção básica, na representação daqueles que respondem, enquanto Estado, pela garantia de atenção médica de base: gestores municipais de saúde. Na presente edição, divulgamos os resultados da pesquisa

estadual *Impacto Social do Programa Mais Médicos em Santa Catarina: realidades e perspectivas*, desenvolvida por pesquisadores do Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho e por pesquisador do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí, SC, no biênio 2015-2017. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 2014-1 Universal, e realizada com o apoio direto da Secretaria de Estado da Saúde (SES/SC).

Desde os primeiros movimentos engendrados para a criação do projeto até a execução da pesquisa, o farol foi dirigido para a sociedade catarinense usuária da atenção básica. Um estudo avaliativo sobre o desempenho da atenção básica em municípios brasileiros, publicado no mesmo ano em que a pesquisa era iniciada, revelou bom desempenho em municípios catarinenses, quando comparados com demais municípios brasileiros de mesmo porte<sup>1</sup>. No entanto, sabemos que bom desempenho de municípios não se confunde com distribuição igualitária de provimento de ações individuais e coletivas de base, pois o desenvolvimento do real impõe várias fronteiras a municípios, em sua maioria de pequeno porte e não litorâneo, cabendo assinalar a dificuldade para atrair profissionais médicos e a heterogeneidade de visões de gestores municipais sobre o lugar que o provimento da atenção básica ocupa ou deve ocupar na rede de atenção do SUS.

O delineamento da proposta teve como ponto de partida três informações<sup>2</sup> apreendidas no Seminário Mais Médicos, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 30/06/2014, e divulgadas pelo Diário Catarinense, em 01/07/2014, que reforçaram a desigualdade distributiva de médicos na atenção básica do estado. Segundo a porta-voz do Ministério da Saúde, na ocasião do evento na UFSC: a) Com apenas dez meses de implantação, o provimento de atenção médica do PMM já havia beneficiado cerca de 1,5 milhões de catarinenses; b) Cento e noventa e nove (199) dos duzentos e noventa e cinco (295) municípios catarinenses haviam recebido médicos pelo Programa; e c) O Programa já havia promovido a melhoria de alguns indicadores quantitativos. Com base nesses dados e reconhecendo o Mais Médicos como uma política pública eminentemente social e pedagógica, instituída com a finalidade de formar profissionais médicos nos serviços de atenção básica, o projeto foi desenvolvido e a pesquisa executada.

A dimensão qualitativa da pesquisa foi conduzida pela compreensão de impacto social como mudanças imateriais que se manifestam no processo de acontecer e que são obtidas somente através de suas formas de manifestação<sup>3</sup>. Buscou-se conhecer e analisar o modo como o balizamento pedagógico estava sendo executado<sup>4</sup> no estado; as motivações para a adesão ao Programa; as relações comunicacionais desenvolvidas entre os entes federados, visando à execução do Programa; e a influência do Programa nos fluxos e processos da atenção básica nas distintas Regiões de Saúde catarinenses. Participaram do estudo qualitativo tutores do Programa, vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); profissionais de referência, lotados no Ministério da Educação; profissional de referência descentralizada da Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) em Santa Catarina e secretários municipais de saúde de 94% dos Colegiados Regionais catarinenses.

A dimensão quantitativa, por sua vez, foi orientada pela compreensão de impacto social como mudanças geradas por uma intervenção no contexto do desenvolvimento de processos coletivos<sup>5</sup>. Foram avaliados quatro indicadores básicos de saúde no estado; o desempenho de tais indicadores em um estudo de caso; e indicadores do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ/AB) nos municípios catarinenses que haviam aderido ao Mais Médicos.

A pesquisa quantitativa havia previsto, também, executar o mapeamento de médicos e municípios vinculados ao PMM/SC. Entre junho de 2015 e março de 2016, havia sido possível atualizar, trimestralmente, o número de médicos e municípios catarinenses 'movimentados' pelo Programa, por meio de comunicação direta com técnicos do Ministério da Educação. A partir deste período, em função de involuções promovidas pela conjuntura nacional, as relações comunicacionais se deterioraram, impossibilitando a continuidade da atualização sistemática. O cenário era de total desinformação sobre o fechamento do primeiro ciclo (vigência 2013-2015) e abertura do segundo ciclo (vigência 2016-2018). Em março de 2016, foi possível efetuar o mapeamento de médicos e municípios vinculados, a partir de planilhas disponibilizadas por tutores do Programa. Para tanto, considerou-se como referência o período março/2016: Santa Catarina contava com 437 (quatrocentos e trinta e sete) médicos, distribuídos em 164 (cento e sessenta e quatro) municípios.

Em sua dimensão concreta, a pesquisa teve caráter multicêntrico, pois a sua efetivação materializou-se por meio de parceria com a SES/SC, na representação da então Diretoria da

Educação Permanente em Saúde (DEPS) e de Coordenadores das Comissões Intergestores Regionais (CIR's) de quinze (15) dos dezesseis (16) Colegiados Regionais; com tutores catarinenses do balizamento pedagógico; com profissionais de referências do Programa no Ministério da Educação e com o consultor da SGTES/MS em Santa Catarina. Neste reconhecimento, a equipe técnica reafirmou a importância de parcerias para fins de desenvolvimento de uma pesquisa estadual, principalmente sobre um objeto sensível à conjuntura e cuja tessitura coincide com seu processo de execução, como é o caso do Programa Mais Médicos.

Os artigos e ensaios aqui divulgados, referentes à pesquisa estadual, orientaram-se por um conjunto plural de marcos teórico-conceituais, alicerçado por distintas concepções de Estado e Sociedade e por diferentes estilos de pensamento quanto à forma, ao método, às práticas e à pesquisa em saúde. O número socializa também, uma entrevista realizada na ocasião do XIV Congresso Latinoamericano de Medicina Social y Salud Colectiva, em Assunção, Paraguai, ano 2016, com a coordenadora da Associação Latinoamericana de Medicina Social (ALAMES), em Cuba. Compõem, ainda, essa edição, artigos e/ou ensaios elaborados por membros da DEPS/SES/SC; por representantes do balizamento pedagógico, em nível estadual e federal; consultor da SGTES/MS em SC; consultor do Núcleo do Telessaúde/SC; pesquisadores do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC; docente do Instituto Federal do Campus Farroupilha/RS; docente da Universidade Regional de Blumenau e docente da Universidade do Sul de Santa Catarina, parceiras da UNIVALI na Associação Catarinense das Fundações Educacionais/Sistema ACADE; e por docentes e egressa do Curso de Fisioterapia do campus da UFSC/Araranguá. Há, ainda, contribuições diretas e indiretas de egresso do curso de Nutrição/UNIVALI e de egressa do curso de Fonoaudiologia/UNIVALI.

Por fim, agradecemos a acolhida do Editor responsável do periódico, Prof. Dr. Rodrigo Otávio Moretti-Pires, pela confiança depositada na equipe técnica para a produção desta edição. Aproveitamos para socializar que a escolha por este periódico está atrelada ao reconhecimento de sua respeitabilidade em território nacional e de seu compromisso intransigente com a saúde coletiva contra hegemônica.

Espera-se que a leitura seja provocativa, no sentido de ensejar sementeiras transformadoras, "Para o bem de quem tem bem", pois, como nos diz Chico "Pedro não sabe mas talvez no fundo/Espere alguma coisa mais linda que o mundo/Maior do que o mar...

## Referências Bibliográficas

- 1- Miclos PV, Calvo MCM, Colussi CF. Avaliação do desempenho da Atenção Básica nos municípios brasileiros com indicador sintético. *Saúde debate* 2015; 39(107): 984-96.
- 2- Brasil. Ministério da Saúde. Seminário Mais Médicos. Universidade Federal de Santa Catarina. 2014. <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/07/numero-de-consultas-medicas-sobe-38-8-em-santa-catarina-10-meses-apos-inicio-do-programa-mais-medicos-4540560.html>. Acesso em: 28 dez. 2018.
- 3- Minayo MCS. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. *Rev bras educ med* 2009; 33(supl. 1): 83-91.
- 4- Lima RCGS, et al. Tutoria acadêmica do Projeto Mais Médicos para o Brasil em Santa Catarina: perspectiva ético-política. *Ciênc Saúde Colet* 2016; 21(9): 2797-805.
- 5- Facchini LA, et al. Avaliação de efetividade da Atenção Básica à Saúde em municípios das regiões Sul e Nordeste do Brasil: contribuições metodológicas. *Cad Saúde Pública* 2008; 24(Supl 1):S159-S72.